

NOS 200 ANOS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

TORRE DO TOMBO | MOSTRA DOCUMENTAL

13 setembro - 6 outubro 2022

O Arquivo Nacional da Torre do Tombo apresenta uma mostra documental que estabelece um percurso cronológico por alguns dos acontecimentos que conduziram à proclamação da independência daquele imenso território do continente americano e ao seu consequente e inevitável reconhecimento que acontece em agosto de 1825, com a assinatura do Tratado de Paz e Aliança entre D. Pedro, imperador do Brasil e D. João VI, rei de Portugal.

Os documentos apresentados estão organizados em três núcleos - aliando a mostra de documentos originais com outros apresentados digitalmente, selecionados de vários arquivos do acervo da Torre do Tombo, nomeadamente, Núcleo Antigo, Ministério dos Negócios Estrangeiros - arquivo da correspondência de várias Legações, Arquivo da Casa Real, Arquivo da Casa das Rainhas, Manuscritos vindos do Ministério da Instrução Pública, Coleção de Tratados, Arquivos Particulares como o de Adília Mendes e o do fotógrafo Jorge de Almeida Lima, entre outros.

Os dois primeiros núcleos centram-se nos antecedentes. O primeiro, na decisão de D. João VI de decretar, em 1816, a elevação do Brasil à dignidade de Reino com a consequente criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e, em 1817, atribuir Armas ao recém criado Reino com a incorporação num só Escudo Real, das Armas de Portugal, Brasil e Algarves. Neste núcleo faz-se ainda referência à Revolta Pernambucana de 1817, prenúncio dos vários movimentos independentistas que se lhe seguiram.

O segundo núcleo aborda o regresso da família real a Portugal. O Decreto das Cortes Gerais que prepara o desembarque da família real; uma carta de D. Pedro ao rei seu pai regozijando-se pela notícia do juramento deste à Constituição de 1821; a recusa de D. Carlota Joaquina em fazê-lo.

Finalmente o terceiro núcleo conduz a alguns dos acontecimentos diretamente relacionados com a proclamação da independência do Brasil e suas consequências. Correspondência de D. Pedro a D. João VI onde reclama a urgência de uma Constituição para o Brasil (março de 1822); a ideia do rei em enviar um grupo de comissários a fim de tratarem da reconciliação entre os dois Reinos ou um relatório dos membros indigitados por D. João VI para a regência do Brasil (1823); um "Prospecto para a subscrição voluntária a favor dos emigrados que em consequência dos funestos acontecimentos do Brasil se acham refugiados nestes Reinos (...)" (1824); a cópia de uma Carta de Lei de D. João VI que «reconhece» a separação do Império do Brasil dos reinos de Portugal e dos Algarves e o título de imperador a seu filho D. Pedro (1825) e, finalmente, o Tratado de Paz e Aliança entre D. Pedro, imperador do Brasil e D. João VI, rei de Portugal, e respetiva ratificação (Agosto de 1825).

Esta mostra documental está patente de 13 de setembro a 6 de outubro e tem entrada livre.

Horário: segunda a sexta: 9h30-19h30; sábado: 9h30-12h30 (a partir de 15 de setembro)